

**VOZES DIVERSAS**

**DIFERENTES SABERES**



**SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XXX SIC**

15 A 19  
OUTUBRO  
CAMPUS DO VALE



## **A utilização de instrumentos jurídico-urbanísticos na regularização fundiária de áreas públicas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2001-2018)**

**Pesquisador: Pedro Porto dos Santos | Orientador: Lucas Pizzolatto Konzen**

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A regularização fundiária é uma das principais diretrizes da política de desenvolvimento urbano instituída pela Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, cuja execução compete ao poder público municipal nos termos da Constituição Federal de 1988 (art. 182, caput). No contexto da “nova ordem jurídico-urbanística brasileira”, foram instituídos diversos instrumentos de regularização fundiária de terras públicas, a exemplo da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM).

Assim, cabe averiguar em que medida esses diversos instrumentos jurídico-urbanísticos que visam possibilitar a regularização fundiária de terras urbanas de titularidade estatal ocupadas de forma consolidada realmente tem eficácia na promoção do direito à moradia adequada.

Em andamento, esta pesquisa está inserida em um projeto mais amplo, do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade da UFRGS, que discute a gestão de bens públicos sob o enfoque da Sociologia Jurídica.

### **OBJETIVOS**

Descobrir de que forma têm sido aplicados os instrumentos jurídico-urbanísticos de regularização fundiária de áreas públicas pelo poder público municipal em Porto Alegre no período que se segue à vigência do Estatuto da Cidade, a fim de entender as razões técnicas e políticas que motivam a sua utilização ou não utilização nas políticas urbanas municipais.

### **METODOLOGIA**

Para fins de coleta de dados, será realizada:

- Pesquisa documental sobre a aplicação desses instrumentos jurídico-urbanísticos na regularização fundiária, mediante consulta às edições eletrônicas do Diário Oficial de Porto Alegre e aos arquivos do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal (DEHMAB).
- Entrevistas com agentes do poder público municipal com atuação relacionada à execução das políticas de regularização fundiária de Porto Alegre.

### **RESULTADO PARCIAL**

O município de Porto Alegre organiza a sua atuação através Programa de Regularização Fundiária, o qual tem sido trabalhado criticamente por seus agentes públicos municipais tem diversas publicações vinculadas aos seus órgãos e ao poder judiciário no Estado. Através delas já é possível ter um panorama inicial destas aplicações.



**GPDS**  
Grupo de Pesquisa  
Direito e Sociedade